



Balancos Patrimoniais		Balancos Patrimoniais	
Ativos/Circulante		Passivo e patrimônio líquido/Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	206.301.876	Previdência complementar	75.482.786
Recursos a receber	122.546.565	Fornecedores	18.784.701
Adiantamentos	67.936.413	Socios a pagar	5.040.176
Ativos com operação descontinuada	15.241.283	Emissões de títulos a pagar	5.040.176
Otros	373.901	Passivos com operação descontinuada	-
Não circulante	55.099.726	Não circulante	-
Depósitos judiciais	577.209	Outras provisões	388.965
Imobilizado	550.099.726	Provisão para riscos fiscais	-
Intangível	50.604.501	Provisão para despesas judiciais	1.201.049.936
Total do ativo	4.173.121	Remessas para investimentos	5.040.176
	321.654	Patrimônio líquido	617.745
	261.401.146	Patrimônio social	226.104.315
		Superávit/(Deficit) acumulado	-
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Total	-
Saldos em 31/12/2016	191.188.193	Saldo inicial	77.263.230
Transfêrencia do superávit do exercício anterior	191.188.193	adicionais identificadas com base em peritagem	-
Superávit do exercicio	7.147.532	síntese (APV) de ativos e passivos:	-
Saldos em 31/12/2017	77.263.230	pré-financeiros, Assim, os saldos dos dois períodos são iguais.	-
Transfêrencia do superávit do exercicio anterior	7.147.532	Os instrumentos financeiros são primariamente classificados como passivos devido ao fato de as disposições contratuais do instrumento serem semelhantes às de um empréstimo ou de uma obrigação financeira registrada no seu valor justo acrescido de custos de transação.	-
Superávit do exercicio	8.613.232		-
Saldos em 31/12/2018	84.410.762		-

Nota		31/12/2018	31/12/2017	Demonstrações do Resultado
10	105.341.935	99.559.654		Receitas operacionais
11	870.524	1.325.714		Repasses de contratos de gestão de convênio
12	85.736.735	79.856.702		Receitas financeiras
13	18.734.376	17.221.007		Outras receitas
14	-	1.156.231		Gratuidades Concedidas
15	63.035.217	42.133.899		Repasses para investimento realizado
16	1.728.248	-		Subvenções governamentais
17	33.303.478	26.305.158		Despesas operacionais
18	24.407.207	11.393.657		Despesas com pessoal
19	3.596.284	4.435.084		Despesas gerais
20	93.023.994	84.410.762		Despesas com depreciação e amortização
21	84.410.762	77.263.280		Despesa com depreciação bens públicos
22	8.613.232	7.147.532		Despesas financeiras
23	261.401.146	226.104.315		Subvenções governamentais

Nota	31/12/2018	31/12/2017	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2018	31/12/2017
	885.118.143	811.906.617	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
15	769.247.218	696.469.838	Superávit do exercício	8.613.232	7.147.532
	8.613.515	9.391.614	Itens que não afetam o caixa operacional		
	2.193.461	1.469.259	Depreciação e amortização	795.840	406.197
	722.300	575.275	Constituição (reversal) de provisão para demandas judiciais	130.155.540	1.746.457
8	838.800	720.469	Provisão de férias	52.338.545	57.999.660
	103.502.849	113.280.162	Atualização da provisão para riscos fiscais	1.626.807	1.740.957
	(877.588.697)	(801.840.491)	Atualização dos depósitos judiciais	2.249.989	(6.236.202)
16	(648.372.307)	(608.212.841)	Provisão de honorários advocatícios	1.728.248	-
17	(122.482.264)	(77.208.895)	Baixa de contas a receber (incobrável)	1.0505.268	-
8	(795.840)	(406.196)	Provisão para riscos fiscais	53.371.450	5.066.625
8	(943.726)	(991.517)		96.493.415	61.851.246
	(1.541.711)	(1.740.880)			
	(103.502.849)	(113.280.162)			
			Contas de ativo e passivo		
18	(103.502.849)	(113.280.162)	(Atualização de Divida por Impostos a receber)	(64.206.011)	(26.892.200)

Aumento/(Diminuição) em recursos à receber	(89.203.961)	30.860.769
Aumento/(Diminuição) em outros ativos	(10.028.150)	756.256
Aumento/(Diminuição) em depósitos judiciais	71.660.423	(5.066.635)
Aumento/(Diminuição) em fornecedores	(454.890)	(497.050)
Aumento/(Diminuição) em salários e encargos sociais	(45.145.143)	(42.083.882)
Aumento/(Diminuição) em operação descontinuada	(782.331)	782.331
Caixa líquido das atividades operacionais	47.535.943	52.603.055
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 8/10/1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades clínicas, filantrópicas, educacionais e/o literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma Entidade Filantrópica, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do Art. 15 e Parágrafo da Lei nº 9.532/97 alterado pela Lei nº 13.131/15 e até Artigo 74 da Decretos nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - IRPJ), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 7.909/99 a saber: - Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de assessoria assistencial; - Não remunerar, por nenhuma forma, seus funcionários pelo trabalho desenvolvido; - Não ter elementos na gestão financeira com finalidade lucrativa; - Não ser controlada por pessoas físicas ou jurídicas que tenham por finalidade econômica a obtenção de lucro.

Fluxos dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa são de acordo com o pronunciamento contábil CPC 3 (R2) - Deitado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Deitado: As demonstrações do resultado abrangente foram preparadas com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Novo processo. A Entidade adotou todos os pronunciamentos fiscais que o CPC que estavam em vigor em 31/12/2018. Não existem outras a data destas demonstrações contábeis. Aplicação das normas FIS, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os resultados em períodos anteriores - FIS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge e

681.525,2	7.147.252	Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(471.765)	(91.164)
		Caixa líquido das atividades de investimentos	(471.765)	(91.164)
31/12/2018	31/12/2017	Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	47.064.178	52.511.891
		Aumento/(redução) líquido de caixa		
381.2310	473.935,9	Caixa no início do período	75.482.765	72.970.894
429.1555	2.387.265	Caixa no final do período	122.546.965	125.482.766
163.603	11.615			
10.539.425	9.137.189	Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	47.064.178	52.511.891
109.664	49.142			
326.864	274.658			
491.534	6.916,9			
18.734.376	17.221.007			
31/12/2018	31/12/2017			
33.308.478	26.305.158			
		Contingências trabalhistas	24.407.207	11.393.657
			24.407.207	11.393.657

Saldos em 31/12/2016	9647.200
Adições	1.746.457
Saldos em 31/12/2017	11.393.657
Adições	17.052.557

ação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais. Conservar em bom orden, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de seus recursos e a elevação de seus despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

Apresentar, anualmente, **contratos de rendimentos**, em conformidade com o disposto em ata da Secretaria da Receita Federal, **Contratos de Gestão**: O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de Aracatuba sob nº 002/2014, iniciou suas atividades em abril de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possui 14 tipos de serviços cadastrados em 18 unidades; no total de 394 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R\$ 23.941 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R\$ 1.995 mil. O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo sob nº 001/2014 - Parelheiro iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possui 14 tipos de serviços cadastrados em 26 unidades, no total de 1.229 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R\$ 118.440 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R\$ 9.870 mil. O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo sob nº 002/2014 - Capela do Socorro iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possui 20 tipos de serviços cadastrados em 45 unidades, no total de 2.690 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R\$ 405.599 mil com repasse

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: A norma estabelece a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter em troca dos serviços para um cliente. Norma emitida, vigente a partir do primeiro semestre de 2019. Estabelece o reconhecimento dos rendimentos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (lemos em 01/01/2019) e exige que os arrendatários contabilizem o modelo similar à contabilização de arrendamentos financeiros no caso de transações de reconhecimento para os arrendatários locais e valores arrendamentos de curto prazo. A entidade possui baixos valores e custos valores não são representativos, assim não há impactos contábeis. CPC 282 - FRFC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos ativos e passivos contingentes a partir de 19/01/2019, essa norma estabelece o reconhecimento quando há incerteza sobre a realização da autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A entidade não tem nenhum ativo ou passivo contingente significativo no balanço e equivalentes de caixa constam em numerário disponível na entidade e aplicações financeiras de curto prazo. A apresentação desses

24.407.207	11.393.657	A seguir, a movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31/12/2018:	
57.710.685	37.698.815		Trabalhistas
em objetivo de se ver Declarada a Imunidade, Em suma, requer-se a Entidade provida entrega das obrigações acessórias, relacionado a certidão de regularidade fiscal, judicial relativas às contribuições ao PIS e Cofins tributária, na forma do artigo 151, caput, da Constituição, não sendo inferior e superior a regularidade fiscal, entendemos que os montantes contábeis, Atendamos a movimentação:			
31/12/2018	31/12/2017		
26.305.158	19.497.556		
537.151	5.066.635		
1.626.870	1.747.967		
33.303.478	26.305.158		
patrimônio social operando no país, está sujeita a normal das suas operações, as seguintes:			
Patrimônio Social			
Fundação D.F. de			
8.416.076	71.263.230		
96.170	71.433.63		

Seu mensal previsto de aproximadamente R\$ 20.046 mil. - O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 007/2015 - Lapa, iniciou suas atividades em maio de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possua 12 tipos de serviços cadastrados em 21 unidades, no total de 1.197 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R\$ 120.860 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R\$ 9.946 mil. - O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 016/2015 - Pinheiros iniciou suas atividades em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possua 10 tipos de serviços cadastrados em 11 unidades, no total de 274 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R\$ 22.666 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R\$ 1.888 mil. - O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 019/2015 - Norte iniciou em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possui 15 tipos de serviços cadastrados em 55 unidades, no total de 3.102 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R\$ 10.000 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R\$ 22.238 mil. 1.1 Operação descontinuada: Em março de 2018 encerrou o contrato 0301/2008 - SMS/SF e a empresa responsável, a Guacema da SMS/SF, a seguir, chamamos atenção o seguinte: Caixa e bancos CDBs (a) Fundos de investimento (b) a) Referem-se a operações de renda sobre Bancário (CDBs), indexados à taxa CDI, com liquidez mensal; b) Refere-se a investimentos (não exclusivos) em operações de investimento em títulos de renda fixa, principalmente: operações com promissórias com liquidez imediata. 5. Recursos virtuais dos convênios/contratos de serviços no montante de R\$ 67.936 vencimentos (15.983.834 em 2017)

31/12/2018	31/12/2017
370.703	471.35
96.004.700	
26.711.562	75.435.651
122.546.965	75.482.786

para junto à instituição financeira por meio de Certificado de Depósito de 40% no ano de 2018 do Certificado de Depósito Interbancário em-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos que são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor de fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, sendo analisadas à SELIC e títulos públicos negociados a 102,1% CD. **Recursos:** necessários a receber corrente em vista a receber em ordens com a administração pública, em que a entidade executou 3 R\$ 18.784.700 em 2017). Em 31/12/2018 não havia de repasses

Consideração a opinião dos assessores								93.023.993	84.410.762
Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Aracatuba	Clinica	Norte	Pinheiros	2018 Consolidado	
15.211.875	224.396.118	116.894.039	115.657.234	23.432.442		266.568.771	22.762.810	784.923.289	
	(4.591.333)	(1.036.264)	(3.019.909)			(5.354.361)	(113.276)	(12.315.143)	
15.211.875	219.804.785	115.857.775	112.637.325	23.432.442		263.014.410	22.649.534	772.608.146	
7.211.468	474.157	15.614	271.401	40.473		431.238	32.285	861.356	
2.719.365	111	3.952	3.796	100		6.197		2.193.461	
					72.230				
635.085		9.449	67.669	24.414		5.518	1.154	838.798	
1.700.084	29.881.578	14.717.185	15.241.561	3.234.099	83.046	35.798.513	3.086.685	101.928.850	
26.937.817	250.258.180	130.498.835	128.221.851	26.731.528	805.346	299.255.876	25.769.638	888.479.071	

2023	(95,460,451)	(20,245,721)	(541,711)	(224,173,057)	(19,335,387)	(650,273,186)
15,747	(66,958,000)	(13,988,517)	(350,853)	(155,079,490)	(13,380,684)	(452,380,453)
87,010	(8,106,638)	(1,538,428)	(36,588)	(18,344,353)	(1,528,748)	(53,294,553)
65,339	(6,841,664)	(1,759,158)	(65,094)	(17,964,427)	(1,676,112)	(50,066,104)
13,927	(13,554,149)	(2,959,618)	(89,176)	(32,784,787)	(2,749,843)	(94,532,079)

passivos e resultado do exercício com a respectiva operação descontinuada:			Projetos
Balancete Patrimonial		31/12/2018	R018/2015 - Rede Assist. da SITS Fes
Ativo circulante			Brasilândia e Casa Verde/Cachoeira
Caixa e equivalentes de caixa	-		R002/2014 - Rede Assist. da SITS Cap
Ativos com operações descontinuadas			R007/2015 - Rede Assist. da SITS Lap
Passivo circulante			R001/2014 - Rede Assist. da SITS Par
Fornecedores	-		R016/2015 - Rede Assist. da SITS Lap
Salários a pagar	-		PMSF - Prefeitura Municipal de São
Encargos sociais a pagar	-		Saúde Assist. Básica de Araputuba
Passivos com operações descontinuadas			Prefeitura Municipal de Araputuba
Resultado do exercício		31/12/2018	Centro de Atenção Psicossocial Aná
Recetas operacionais			Centro de Atenção Psicossocial Proj
Repasses de contratos de gestão e convênio	-		Centro de Atenção Psicossocial SMT
Recetta total	-	3.360.928	Centro de Atenção Psicossocial Aro
Despesas operacionais		3.360.928	Centro de Atenção Psicossocial Rec
Despesas com pessoal	(1.950.880)		Prefeitura Municipal de Guaratubá
Despesas com	(136.263)		Outros.

	31/12/2018	31/12/2017	Despesas com Pessoal
Despesa do Ó/			Despesas com salários
Despesa da	22.076.135	5.323.614	Despesas com encargos
Despesa do Socorro	18.462.108	4.643.552	Despesas com benefícios
Pinheiros	10.670.775	2.382.819	Provisão de férias, 13º e encargos
Pinheiros	9.380.527	2.218.799	Despesas Gerais
Pinheiros	2.035.743	486.485	Despesas de materiais
Paulo - Gestão	62.625.089	15.055.269	Despesas de serviços
	4.331.907	1.770.597	Despesas atendimentos gratuitos
	4.331.907	1.770.597	(Custeadas pela Matriz)
Despesa de	371.410	742.820	Despesas com utilidades
Despesa de Trabalho e Renda	1.335.594	279.188	Despesas financeiras
	1.682.	641.616	Despesas com depreciação e amortização
	230.172	460.344	Despesa com depreciação bens públicos
	206.159	412.318	Isenção
	979.417	1.958.834	
			Superávit (Déficit) do Exercício

1167.144	1186.367	92.982(203)	95.460(41)	20.245(71)	541.711	12.24173(057)	19.333.387	1650.273.186
(7.996.265)	(2.9410.894)	(65.215.747)	(66.958.070)	(13.988.517)	(50.093)	(15.079.490)	(4.380.684)	(45.380.450)
(1.365.116)	(1.458.072)	(7.877.010)	(8.106.638)	(1.538.428)	(36.588)	(18.344.323)	(1.528.748)	(50.294.154)
(103.093)	(1.469.037)	(7.630.369)	(6.811.654)	(1.759.158)	(65.094)	(17.964.427)	(1.676.172)	(53.066.106)
(801.830)	(2.678.749)	(1.391.1927)	(13.554.149)	(2.959.618)	(89.176)	(32.794.787)	(2.749.943)	(53.420.079)
25.779.542	24.625.557	21.325.644	17.379.898	19.301.178	113.145	83.094.780	1.019.630	112.808.522
(474.508)	(3.274.883)	(2.649.760)	(1.951.513)	(376.941)	(3.580)	(3.350.140)	(1.70.881)	(1.182.156)
(24.465.160)	(20.595.388)	(17.259.961)	(14.392.794)	(494.036)	(163.405)	(28.951.447)	(2.706.298)	(12.866.839)
727.300								(727.300)
(117.575)	(805.286)	(1.415.923)	(610.244)	(30.351)	(12.160)	(813.199)	(232.501)	(4.097.233)
(15.919.814)	(4.822)	(2.539)	(3.382)	(2.307)	(1.434)	(7.818)	(995)	(1.541.711)
795.632					(10)			795.632
637.331	(200.350)	(7.309)	(67.669)	24.414		(5.518)	(1.154)	24.414
(1.700.084)	(29.881.578)	(14.477.185)	(15.241.661)	3.234.099	(83.046)	(35.798.513)	(3.086.685)	(103.502.870)
(9.439.728)	(241.078.599)	(128.794.700)	(124.566.040)	2.447.669	(805.346)	(283.079.686)	(25.533.851)	(89.865.839)
(14.661.911)	1.979.581	1.704.135	3.655.791	23.373.659		6.176.190	235.977	8.613.137

Despesas: financeiras		
Despesa total		<u>12.277.143</u>
Supervirô do exercício antes do resultado com operação descontinuada		1.083.786

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Entidade para os exercícios finais em 31/12/2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucro (ITC 2002.R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/2012 e aos demais Pronunciamentos Contábeis quando aplicáveis a Associação. A Entidade adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2018. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles adquiridos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis, ocorreu em 04/04/2019. 3. Políticas contábeis: As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são descritas a seguir:

67.936.413	18.784.700		
31/12/2018	31/12/2017		
4.631.613	3.084.684		
7.851.663	2.321.694		
2.758.006	—		
15.241.283	5.406.377		
31/12/2018	31/12/2017		
17.282.480	99.798.077		
33.303.478	26.305.158		
18.543	—		
50.604.501	126.014.936		

de 2012, depósitos judiciais relativos ao PS equivalente à 1/6 (um sexto) dos funcionários, relativos ao processo nº 001/7932-62/2013.4.010.010, da Entidade em relação à exatidão do tributo. Vide nota de esclarecimento TRF4 nº 184.

15. Recitas operacionais: As recitas operacionais recebidas das basicamente das universidades, convênios e parcerias com o

R002/2014 - Recite Asses. da SPT Caixa do Socorro
R001/2014 - Recite Asses. da SPS Pareloiros
R007/2015 - Recite Asses. da SPS Lapa
R016/2015 - Recite Asses. da SPS Pinheiros
R018/2015 - Recite Asses. da SPS Freguesia do O/ Brasília e Casa Verde Cachoeirinha
PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo - Convênio Saúde. Asses. Básica de Aracaju
Prefeitura Municipal de Aracaju
CAPS - Centro de Assistência Psicossocial
Embratur - Empresa Brasileira de Turismo

diretamente pela Associação às organizações ou Entidades públicas		Ano	Valores (R\$)
31/12/2018	31/12/2017	2019	6.607.008
234.396,118	198.120.233	2020	7.267.708
115.657.234	101.826.124	2021	7.994.479
116.894.039	102.666.622	2022	8.793.917
22.762.810	21.374.277	2023	9.673.320
			40.336.442

266.568.771	236.369.093	21. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Associação restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e à minimização de riscos. A Associação não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativo ou quaisquer outros tipos de riscos. 21.1. Contratos de Instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2018 e 2012, controlados e controlados
746.278.972	660.356.349	
23.432.442	20.843.405	
23.432.442	20.843.405	
11.729.242	11.729.242	
11.850.947	11.729.242	

Ativos financeiros	Categoria	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Valor a curto				

a) **Agrupamento do resultado – receitas e despesas:** as receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a interpretação TGC 2012 (1) – Entidade sem finalidade lucrativa, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução R1/4093/12, mediante o seguinte critério: quando o doador não especifica as demonstrações a serem prestadas, as despesas necessárias à manutenção das suas atividades, são registradas pelo valor completo e a) **Estimativas:** Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) utilidade de ativo imobilizado e intangível; b) mensuração de instrumentos financeiros; e c) análise dos riscos para determinação de provisão, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revê-la periodicamente e tempestivamente ajusta estimativas e suas premissas. d) **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem em caixa, saldos positivos em, conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata, menos equivalentes de caixa todos as

Glosas (-)			
Total Geral			
Nossos contratos de gestão junto com as Secretarias Municipais de Saúde para nosso atendimento, sendo Qualidade/Quantidade e de Insumos, foram os fatos que não ocorreram em 2018.Pela os descontos necessários de uma transação entre as supervidas técnicas e os pais de Saúde, com reuniões junto aos parceiros para discutir o caso ocorrido em 2018. Em 2018, houve descontos somantes de R\$ 12.315.143,00. Sendo R\$ 2.611.562,69 referente a 2017 impactando em 2018, foi provisionado o montante de R\$ 22.492.038,08 referente ao processo dentro do exercício 16. Despesas com pessoal: foram em ao pagamento de salários e seus encargos e serviços existentes, a seguir demonstramos a composição:			
PIS	INSS	Total	
19.497.556	89.214.543	108.712.099	
5.066.635	-	5.066.635	
1.740.967	4.495.295	6.236.262	
26.305.158	79.709.778	120.014.936	
55.971.451	12.926.614	68.898.065	

(12.315.143)	(6.536.840)	Ativos financeiros				
769.247.218	696.469.838	Ativos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		Caixa e equivalentes				
		por meio do resultado	122.546.965	122.546.965	75.482.786	75.482.786
		Empréstimos e recebíveis	67.936.413	67.936.413	18.794.700	18.794.700
		Passivos financeiros				
		Fornecedores				
		amortizado	870.824	870.824	1.325.715	1.325.715
		A estimativa do valor justo pressupõe que os saldos de recebíveis e contas a pagar aos fornecedores por valor contábil, menos a perda (impairment), estão próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa são considerados a valor justo, uma vez que a quantidade da qual não há risco de mercado.				
31/12/2018	31/12/2017					

ações bancárias e apólices em dívida sobre resgates autorizados e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **d) Recursos a receber:** Os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área de saúde e são reconhecidos mediante documento hábil e válido. Outros recursos a receber: Um ativo a receber do balanço é considerado **provisável** quando seus benefícios econômicos serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor de mercado não for mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituição como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco econômico. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As despesas com recursos públicos são regis-

Atualização financeira
Saldo em 31/12/2018
8 Imobilizado:

	Imóveis	V
Saldo em 31/12/2016	429.568	
Ações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2017	429.568	
Ações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2018	429.568	
Taxa de depreciação	49	

	1.626.870	623.117	7.128.947	2.249.987
	33.303.478	17.282.480	50.585.958	
Máquinas e equipamentos próprios	1.822.733	10.372.194	12.194.927	
Equipamentos bens públicos	91.164	27.048	362.212	
Total bens públicos	1.913.897	10.643.242	12.557.139	
Móveis e utensílios	211.293	214.264	571.890	
Outros	27.591	466.964	104.926	
Total	238.884	681.228	1.146.946	
17. Despesas gerais				
Despesas com serviços	441.684	2.380.861	10.748.168	13.791.029
Despesas com materiais	106	106		
Outros				

95.530.669	55.938.167	
62.553.642	62.553.642	
66.775.219	66.775.219	
49.714.178	40.817.289	
45.409.140	40.704.332	
2.242.417	1.929.663	
4.032.610	1.083.769	
2.051.026	2.148.512	
648.322.307	608.212.814	

31/12/2018	31/12/2017
106.267.913	61.857.819
12.177.118	11.141.615
4.037.233	3.936.460
122.482.264	77.208.964

provável. A partir deste, foram calculadas variações de -25% e -50% para as aplicações financeiras (caixas e equivalentes de caixa), conforme a seguir:

Operação	Risco	Valor base	Cenário		
			Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras (*)	CDI	122.546.965	8.271.920	6.203.940	4.135.960

Ativos não circulante, e os valores correspondentes às equações transferidos para o passivo não circulante, no caso de "bens públicos em nosso poder" e aos mandatos por tratar-se de bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao público concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido anteriormente substituídos por outros, em decorrência de evolução tecnológica ou outros fatores essenciais à continuidade da prestação contratualizada e implementada pelo contratado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de crédito no resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo conforme a vida útil econômica dos bens relevada pela Entidade. A Administração realizou a situação do exercício de 2018 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2017. A vida útil econômica estimada para o exercício corrente e comparativo foram consideradas conforme taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, estando sujeitas à análise sobre sua razoabilidade. c) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor	Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2017 Adições Transferências Saldo em 31/12/2018	136.010 (17.183) 153.193
Imobilizado líquido Saldo em 31/12/2017 Saldo em 31/12/2018	293.558 276.375 289.192	

308	137.620	(451.368)	(730.306)	(5.216.641)	(5.946.947)
309	(22.977)	(54.575)	(103.544)	(991.517)	(1.097.155)
325	160.957	506.125	885.830	6.208.158	17.043.598
326	11.112	(223.579)	(465.218)	(943.289)	(14.389.945)
337	384.170	747.476	1.331.058	7.151.884	8.482.943
375	73.763	204.456	619.462	515.555	5.705.015
378	72.627	213.272	605.092	453.054	5.046.105
394	5946	57.514	186.185	576.838	3.596.284
395				417.121	

As equipamentos de terceiros (governo) em que a Entidade transfere a propriedade por parte do governo.

As equipamentos de terceiros (governo) em que a Entidade transfere a propriedade por parte do governo 3. Intangíveis: E a aquisição de software de gestão financeira SAP ERP 6.0 - ERP7.

Demonstramos o valor da prestação por conforme Artigo 19 da Lei nº 12.012/09:		provida. A partir deste, foram calculadas variações de -25% e -50% para as aplicações financeiras (caixas e equivalentes de caixa), conforme a seguir:	
31/12/2018	31/12/2017	Cenário	
102.502.849	113.280.162	Risco	Valor base
		Provável	Possível
		8.271.920	6.203.940
		12.254.965	14.359.960
Aplicações financeiras (*)			
(*) Saldos em 31/12/2018 aplicados em CDI, taxa não aplicada no 4.22. Trabalho não remunerado:			
A Associação não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados. Demonstramos abaixo o valor do trabalho não remunerado voluntário:			
		Horas trabalhadas ano/hora	Valor do trabalho não remunerado voluntário
		Quantidade	
Cargo			
Diretor/Presidente		120 horas por R\$ 20.000	240.000
Diretor Administrativo			
Financeiro		120 horas por R\$ 20.000	1
Diretor Institucional		60 horas por R\$ 20.000	1
31/12/2018	31/12/2017		12.000,00

contato líquido ao valor recuperável. II) **Moeda (unidade)** e **apresentação das demonstrações contábeis**: os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. III) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)** e **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**: Em virtude de ser uma Entidade Nacional, a goza do regime de incidência de impostos e contribuições sobre o lucro líquido, de acordo com o artigo 167 a 174 do Regulamento da Lei nº 9.250/96, de 12 de maio de 1996, e do art. 203 da Constituição Federal de 1988. IV) **Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**: sobre aplicações financeiras Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o Artigo 12, Parágrafo 2º, letras "d", "e", "g" e "h" e Parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97. K) **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**: Em virtude de ser uma Entidade Nacional, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. l) **Programa de Integração Social (PIS)**: Em virtude de ser uma Entidade Nacional, goza do benefício de isenção

Software			PS (Dólar e US\$ 1% sobre e 30% (retercas)
Custo	Amortização acumulada	Líquido	65 (5% (retercas)
1.284.623	(299.397)	985.226	89) e CSL (44% (Superávit do exercício)
212.962	(280.054)	65.704	
1.497.585	(579.451)	918.138	
-	(300.663)	(300.663)	
1.497.585	(880.114)	617.475	
4.800	(300.622)	(295.821)	
1.502.389	(1.180.736)	321.654	
20%			
31/12/2018	31/12/2017		
30.981.173	26.512.917		
52.538.545	51.111.681		
(1.807)			

35/69.956	324/75.641	Membros do Conselho			
39.462.361	39.904.044	de Administração	60 horas por R\$ 200,00	9	108.000,00
2.928.499	7.430.161	Membros do Conselho			
71.160.856	69.825.846	Fiscal	60 horas por R\$ 200,00	3	21.600,00
		Suplente Conselho			
		Fiscal - Vago	vago	vago	189.600,00
31/12/2018	31/12/2017				
2.387/834	2.220.002				

Cobertura
médica 2018

23. **Atendimentos assistenciais (informações não auditadas):** A Associação, no cumprimento de seu papel estatutário e assistencial na promoção da saúde, de forma integralmente gratuita, atendeu aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, na sua clínica instalada na Rua Francisco das M. nº 94, No. 10, no exercício findo em 31/12/2018, foram atendidos 7400 (sete mil e quatrocentos) pacientes de forma totalmente gratuita, pelos profissionais da Associação, resultando em um aumento de 20% se comparado com o ano de 2017 onde os atendimentos gratuitos corresponderam a um total de 6.167 (seis mil cento e sessenta e sete) pacientes tendo que no ano de 2016 os atendimentos corresponderam a um total de 5.100 (cinco mil e cem) pacientes.

a 3.035 (três mil e trinta e cinco) pacientes, conforme informações extraídas da "CIHA - Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial" protocolada mensalmente na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - SMS-SP. Registre-se que serviços de promoção da saúde efetivados pela Associação foram ofertados, reconhecidos e atestados pelo Gestor Local do SUS.

do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9719/98 e 10833/03, sujeitando-o ao pagamento desta sobre suas despesas recorrentes.

MI **Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Entidade reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas de natureza cível, trabalhista e tributária. A avaliação de probabilidade de perda inclui em evidências documentais, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos litígios externos. As províões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções locais ou exposições

Provisão de renúcia e 1/3 de férias
PIS Salário a pagar
Cont. sindicais a pagar
Família a pagar
Imposto de renda a pagar
Assist. Médica a pagar
Assist. Odontológica a pagar

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Saúde da Família - São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Conselho Federal de Contabilidade
com essas normas. Acreditamos que fundamentar nossa opinião. Resposta: administração é responsável pela e de acordo com as práticas contábeis (ITG 2002 R1), e pelos controles internos de demonstrações contábeis

65.693	50.857
	54.674
2079.286	2042.474
	13.751
73.846	70.399
85.736.735	79.856.702

atuação em conjunto, possam influenciar, densidade) tomadas com base nas referidas de acordo com as normas brasileiras e e mantemos contatamos profissional ao de distorção relevante nas demons- os, planejamos e executamos pro- probremos evidência de auditoria apropria-

do abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITC 2002/R1). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

[illegible]

Na detecção de distorção relevante, não há que a fraude pode envolver o ato de emitir representações falsas intencionais por uma auditoria para planeamentos apresentados ao objetivo de expressar opinião sobre a adequação das políticas contábeis, suas divulgações feitas pela Administração, da base contábil de continuidade. Não existe incerteza relevante em relação a isso em relação à capacidade de continuidade relevante, devemos chamar de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicando-lhes com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos, do alcance e planejamento, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22/03/2019. BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2.18346/O-1. Robinson Meira - Contador - CRC 1.5244496/O-5

Conselho Fiscal e Administrativo

No dia 09/04/2019 na Reunião de Conselhos, foram apreciados e aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, o balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e financeiras e as contas anuais, após ratificados na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida na mesma data.